



## Vetos de Dilma ao Código Florestal dividem senadores

Para alguns parlamentares, Dilma excluiu trechos que eram danosos ao meio ambiente; para outros, a presidente ignorou debates e acordos feitos no Congresso

Os vetos que a presidente Dilma Rousseff fez ao sancionar a lei que complementa o novo Código Florestal repercutiram no Senado. Segundo o presidente da

Casa, José Sarney, não há tempo hábil para que os vetos sejam votados no Senado este ano, já que há vetos presidenciais mais antigos à espera da análise dos parlamentares. **4 e 5**

SMA Guarulhos



Fábrica instalada na margem direita do Rio Tietê, em Guarulhos (SP), é investigada por aterramento ilegal da várzea

### Vetos de Dilma ao PLV 21/12

- 1 **Parágrafo 9º do art. 4º EFEITO:** mantém-se obrigação de proteger áreas de preservação permanente (APPs) em áreas urbanas
- 2 **Inciso II do parágrafo 4º do art. 15 EFEITO:** evitam-se novos desmatamentos, sobretudo nas regiões de Cerrado localizadas na Amazônia Legal
- 3 **Parágrafo 1º do art. 35 EFEITO:** retoma-se o texto original da Lei 12.651/12 (Código Florestal), que dispensa de autorização prévia o plantio de espécies florestais nativas e exóticas
- 4 **Parágrafo 6º do art. 59 EFEITO:** elimina-se prazo de 20 dias para adesão de proprietário rural ao Programa de Regularização Ambiental
- 5 **Inciso I do parágrafo 4º do art. 61-A EFEITO:** resgata-se a chamada escadinha, conjunto de critérios para recomposição de matas — entre eles, o tamanho da propriedade
- 6 **Inciso V do parágrafo 13 do art. 61-A EFEITO:** vetada recuperação de APP por meio do plantio contínuo de árvores frutíferas
- 7 **Parágrafo 18 do art. 61-A EFEITO:** vetada regra para recomposição de faixa de apenas 5 metros de APP às margens de rios intermitentes de até 2 metros de largura
- 8 **Inciso III do art. 61-B EFEITO:** vetada regra que limitava a recomposição de APP em imóveis com mais de 4 módulos fiscais a 25% do seu tamanho
- 9 **Art. 83 EFEITO:** mantida a exigência de averbação da reserva legal no cartório de registro de imóveis, o que é dispensado após o registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Fonte: Consultoria Legislativa do Senado

### Decisões do Confaz podem deixar de ser unânimes

Projeto aprovado na Comissão de Infraestrutura permite que concessão de incentivos sobre ICMS seja aprovada com apoio de três quintos dos estados. **7**

José Cruz/Agência Senado



Ao lado de Alvaro Dias (3º à esq.), historiadora da USP Miriam Dolhnikoff fala em seminário sobre federalismo

### Para historiadora, debate do pacto federativo é despolitizado

Em seminário no Senado, Miriam Dolhnikoff disse que discussão atual se concentra em quantias, não no destino que elas terão. **3**



Observada por Fernando Collor (C) e Affonso Massot, Ana Maria Fernandes fala na Comissão de Relações Exteriores

Marcos Oliveira/Agência Senado

### Namíbia quer empresas brasileiras, diz diplomata

A indicação de Ana Maria Fernandes para a embaixada brasileira na Namíbia foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores. **8**

### Fórum avaliará 1ª década do século no país **3**

### Relator espera receita maior no Orçamento **7**

### Oficiais pedem atualização de códigos militares **2**

### Idoso pode ficar sem meia-entrada e transporte gratuito, diz Ipea

O motivo é a falta de apoio do poder público, segundo especialista ouvida ontem na CDH. **6**



João Costa (C) coordena audiência pública na Comissão de Direitos Humanos sobre os 9 anos do Estatuto do Idoso

Márcia Kallume/Agência Senado

Presidente do Superior Tribunal Militar admite tempo para discussão, mas afirma que mudanças na legislação criada em 1969 precisam ser feitas para atender as necessidades atuais do Judiciário



O almirante de esquadra Alvaro Luiz Pinto diz ao presidente do Senado, José Sarney, que códigos militares estão defasados

## Sarney e oficiais discutem reforma de códigos militares

A NECESSIDADE DE reforma do Código de Processo Militar e do Código de Processo Penal Militar foi apontada ontem pelo presidente do Superior Tribunal Militar (STM), o almirante de esquadra Alvaro Luiz Pinto, em reunião com o presidente do Senado, José Sarney. Os códigos são de 1969 e, segundo Pinto, estão defasados em relação às necessidades atuais do Poder Judiciário.

O presidente do STM ressaltou, entretanto, que não há previsão de o Congresso examinar mudanças nos códigos.

— Não se estudam mudanças a curto prazo, mas no futuro elas devem ser feitas para atender as necessidades do Judiciário dos dias de hoje. Sempre há necessidade de reforma, o mundo evolui a cada

dia — ressaltou o almirante de esquadra após o encontro.

A criação de comissões de especialistas tem se configurado como caminho para reformar e atualizar a legislação brasileira. Tramitam no Congresso, em diferentes estágios, as revisões do Código Penal (PLS 236/12), do Código Eleitoral e do Código de Defesa do Consumidor. Já foram aprovadas pelos senadores novas versões do Código de Processo Civil (PLS 166/10) e do Código de Processo Penal (PLS 156/09).

### Protótipo

Também participaram da audiência outros três ministros do STM: José Coêlho Ferreira, o tenente-brigadeiro do ar William de Oliveira Barros e o general de exército Luis

Carlos Gomes Mattos, além de Rui Chagas Mesquita, chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica.

O representante da Aeronáutica presenteou o presidente do Senado com uma maquete do protótipo do avião de transporte logístico KC-390, que está sendo construído pela Embraer, em São José dos Campos (SP).

Projeto da Força Aérea Brasileira, a aeronave será o maior avião de transporte militar a ser produzido pela indústria aeroespacial brasileira, de acordo com Mesquita. O KC-390, destacou o chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica, terá capacidade para 23 toneladas de carga, tropa equipada ou blindados. O primeiro voo está previsto para outubro de 2014.

## Ribeiro: nova hidrelétrica cria emprego e renda

Em discurso no Plenário, João Ribeiro (PR-TO) falou da inauguração, feita anteontem, da Usina Hidrelétrica de Estreito, na divisa do Maranhão com o Tocantins.

O senador viajou ao município de Estreito (MA) para acompanhar a inauguração, ao lado da presidente da República, Dilma Rousseff, e do presidente do Senado, José Sarney.

O parlamentar assinalou que a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito gerou emprego e renda para a região e que agora haverá mais energia disponível para a indústria e a população.

— É uma hidrelétrica maravilhosa, uma obra belíssima que foi entregue ao país, uma hidrelétrica de 1.087 megawatts, que passará a integrar o sistema nacional de energia — salientou.

Como compensação pelo uso dos recursos hídricos,



João Ribeiro, que participou da abertura da Usina de Estreito

informou o senador, R\$ 4,9 milhões anuais deverão ser destinados ao Maranhão e R\$ 7,3 milhões, ao Tocantins.

O dinheiro também será dividido com os municípios envolvidos na construção da hidrelétrica.

Na avaliação de João Ribeiro, os recursos serão importantes para melhorar a vida da população dos dois estados:

— Eu queria tranquilizar a população tocan- tinense, tranquilizar todos os municípios diretamente envolvidos,

já que eles receberão os recursos de acordo com o seu território, com a sua área atingida.

### Rio Araguaia

O senador disse que o Brasil precisa de energia limpa. Ribeiro aproveitou o discurso no Plenário para defender a construção da Usina Hidrelétrica de Santa Isabel, projetada para ser erguida no Rio Araguaia, na divisa do Tocantins com o Pará.

— [A produção] será de pouco mais de 580 megawatts, mais ou menos a metade do que estava previsto na primeira versão, com menos impacto ambiental, com menos problema, tirando definitivamente qualquer conflito com as áreas indígenas. Temos, portanto, que trabalhar para construir essa usina hidrelétrica — afirmou o senador.

## Durval defende educação continuada de professor

Os professores com curso de magistério devem receber educação continuada, com ampliação de investimentos públicos na educação, segundo João Durval (PDT-BA). O senador disse ontem que a docência precisa tornar-se opção profissional atraente, com prestígio e boa remuneração.

— Ser professor não pode se tornar um mero sacerdócio, uma escolha pessoal e cheia de sacrifícios, destinada apenas a uns poucos vocacionados — afirmou Durval.

O senador aproveitou a semana de comemorações pelo Dia do Professor e lembrou mudanças iniciadas em 1930 com a criação do Ministério da Educação, pelo então presidente Getúlio Vargas. Ele destacou também intelectuais como Cecília Meireles, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, que tinham propostas avançadas para a época, como a escola obrigatória, gratuita, laica e não discriminatória.

Durval citou avanços como o projeto que destina até 10% do PIB para a educação em



Senador quer profissionais de ensino bem remunerados

dez anos e o aumento de vagas em cursos profissionalizantes do ensino médio, mas ressaltou a importância do investimento no magistério e não só no ensino técnico.

O senador destacou que disciplinas como Pedagogia e Filosofia, ministradas nas antigas escolas normais, fazem falta para professores de creches e do ensino fundamental. Para ele, é preciso agregar a qualidade de conteúdo à universalização do ensino porque muitos estudantes ainda apresentam deficiência na leitura e na escrita. Isso, segundo Durval, se reverterá em desenvolvimento econômico e refinamento espiritual da sociedade.

## Suplicy é escolhido patrono de turmas de formandos da FGV

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem, em pronunciamento, que seria o patrono de duas turmas de formandos — a 104ª turma de Administração de Empresas e a 80ª de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A formatura das duas turmas foi realizada ontem à noite, na capital paulista.

Administrador de empresas e economista, Suplicy foi aprovado por concurso, em 1966, para o cargo de professor no Departamento



Eduardo Suplicy é professor da Fundação Getúlio Vargas, em SP

de Economia da Escola de Administração de Empresas da FGV de São Paulo, onde leciona até hoje.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO: Discursos

9h A sessão é não deliberativa e destinada a pronunciamentos de senadores.

#### CONGRESSO: Editoras universitárias

14h30 Sessão solene do Congresso, no Plenário do Senado, em comemoração aos 25 anos da Associação Brasileira das Editoras Universitárias.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

#### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Professora pede debate político sobre Federação

No primeiro dia do seminário *Desafios do Federalismo Brasileiro*, historiadora Miriam Dolhnikoff disse que questões técnicas estão dominando a discussão sobre o assunto no país

A HISTORIADORA MIRIAM Dolhnikoff criticou ontem, no Senado, a maneira como se debate o sistema federativo do país. Segundo ela, a discussão enfatiza questões técnicas, como a divisão do bolo tributário, e esquece o mais importante: o aspecto político.

— Parece-me que despolitizar o assunto torna mais fácil discutir mudanças no pacto federativo sem ter de enfrentar questões espinhosas — avaliou a professora da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), no primeiro dia do seminário *Desafios do Federalismo Brasileiro*.

Miriam afirmou que o foco em argumentações técnicas e matemáticas impede o debate sobre o que se faz posteriormente com a arrecadação, quem são os responsáveis pelas decisões que envolvem esses tributos, quais são os compromissos das elites que governam os estados e quais são os compromissos das elites que dirigem o país, entre outros pontos.



Senador Armando Monteiro (C) chama a atenção para a questão tributária: "É impossível manter 27 legislações que tratam o ICMS de maneira não harmônica"

— Acho estranho que se faça uma discussão tão técnica — disse.

Para a historiadora, o sistema federativo brasileiro não surgiu com a República, mas antes, já na Monarquia, e com um objetivo político claro: a consolidação do Estado. Segundo Miriam, a estrutura federativa foi implantada no país durante o Império como "uma estratégia de construção do Estado no Brasil", unificando regiões que possuíam entre si pouca ou nenhuma ligação.

Ela também argumentou que, desde aquela época, o sistema federativo do país já se caracterizava pela tensão entre interesses regionais e nacionais.

— Quando houve a independência, não havia uma unidade na América portuguesa. Essa unidade só se tornou possível porque prevaleceu um pacto federativo — argumentou a professora, contrastando o caso brasileiro com a fragmentação que ocorreu na América espanhola.

Miriam acrescentou que o sistema federativo foi a condição imposta pelas elites regionais brasileiras para aceitar a unidade sob um único Estado. E que a resistência desses governos locais frente à tentativa do imperador dom Pedro I de centralizar o poder foi uma das principais razões de sua abdicação, em 1831.

— Essas elites regionais reformaram a Constituição da época para instaurar um arranjo federativo. Foram as próprias elites regionais que

criaram o Estado federativo, ao contrário do que se diz — analisou.

O seminário *Desafios do Federalismo Brasileiro* é promovido pelo Senado e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O evento acontece no Senado, no Auditório do Interlegis.

Na programação de hoje, que conclui o encontro, estão palestras sobre a dimensão econômico-fiscal do pacto federativo, pela manhã, e sobre a dimensão institucional e gerencial, à tarde.

## Fórum avaliará a primeira década do século 21 no Brasil

A segunda etapa do *Fórum Senado Brasil* acontecerá na próxima semana — de 23 a 25 — com o tema "Avaliar a primeira década do século 21 e pensar o futuro — Brasil: construção permanente". O primeiro palestrante será o psicanalista Benilton Bezerra. Ele falará sobre "Identidade e vida subjetiva: como é ser sujeito no Brasil".

No segundo dia, 24 de outubro, o historiador Francisco Carlos Teixeira fará palestra sobre o tema "Brasil, tempo presente". Ele é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O psicanalista Auterives Maciel Júnior será ouvido no último dia sobre "Construção e degradação do Brasil: quando o interesse se sobrepõe ao desejo". Maciel Júnior leciona no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Os debates acontecerão no Auditório do Interlegis, às 18h30. As inscrições podem ser feitas pela internet, em [www.senado.leg.br/forumsenado](http://www.senado.leg.br/forumsenado).

## "Não existe federalismo sem tensão", diz cientista política

Em sua exposição no seminário, a cientista política Celina Souza salientou que, mesmo pendente de aperfeiçoamentos, o federalismo segue vivo no Brasil, apesar dos "diagnósticos tenebrosos" que se seguiram à promulgação da Constituição de 1988.

— Previam uma bomba-relógio que tornaria o Brasil ingovernável. Nada disso aconteceu — disse.

Para Celina, que integra o Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade

do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), é um equívoco pensar na Federação do país como uma farsa ou uma cópia do sistema dos Estados Unidos. Ela entende que a organização federativa brasileira surgiu de um debate.

A pesquisadora acrescentou que a ciência política pode contribuir para a compreensão de que "não existe federalismo sem tensão". Conforme exemplificou, as emendas constitucionais aperfeiçoaram um aspecto pouco claro da

Carta de 1988 sobre a divisão de trabalho entre os entes federados, o que tornou os municípios os mais importantes formuladores de políticas públicas.

Celina salientou ainda que é preciso fortalecer o Senado e destacar seu papel de Casa da Federação.

Durante o debate que se seguiu às exposições, os palestrantes elogiaram a iniciativa da realização do seminário. Carlos Pereira, professor da Fundação Getulio Vargas

(FGV), defendeu uma agenda de debates sobre a força que os estados devem ter diante da União e quais instrumentos compensatórios o governo federal poderia usar para atacar os desequilíbrios regionais.

Também professor da FGV, George Avelino lamentou que os fóruns de discussão da Federação "estejam enfraquecidos" e disse esperar que o seminário abra uma agenda alternativa ao mero "puxa-puxa" político.

## Para Alvaro, mudança na legislação só será feita se houver empenho do governo

Na avaliação do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), os atuais problemas do sistema federativo brasileiro — como a guerra fiscal entre os estados — serão resolvidos apenas se houver a participação direta da Presidência da República.

— Cabe ao Poder Executivo liderar o processo — declarou o líder do PSDB no Senado, referindo-se a eventuais mudanças legais a serem discutidas e votadas no Congresso Nacional.

Alvaro Dias afirmou que, "no tipo de presidencialismo

forte que há no Brasil, é o governo quem prepara a agenda e a ordem do dia no Congresso, é o governo quem legisla em primeiro lugar".

O senador argumentou que a força do governo é necessária para "compatibilizar as diferenças regionais que estão representadas no Parlamento".

— O governo conta com o apoio de uma maioria esmagadora no Congresso Nacional, em contraste com uma oposição que é muito pequena — acrescentou o senador, ele próprio opositorista.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Questão tributária é o maior desafio a ser vencido, afirma Armando Monteiro

O maior desafio a ser enfrentado na construção de um novo pacto federativo é o sistema tributário, afirmou Armando Monteiro (PTB-PE) durante o seminário.

— A União nasce de alguma forma de um pacto tributário e ele, de alguma maneira, constitui a própria Federação.

O senador aponta a necessidade de uma legislação federal uniforme que disponha sobre o ICMS, pois "é impossível manter 27 legislações que tratam o assunto de maneira não harmônica".

Armando disse que o Senado deu passos importantes ao aprovar o PRS 72/10, que uniformiza as alíquotas do

ICMS nas operações interestaduais com importados, e a PEC 103/11, que reparte o ICMS arrecadado em compras eletrônicas entre o estado produtor e o de residência do comprador. Ele destacou ainda que a discussão das novas bases do federalismo brasileiro deve levar em consideração as dimensões política, econômico-fiscal e institucional-gerencial, "que estão entrelaçadas e não podem ser vistas isoladamente".

O secretário da Casa Civil de Pernambuco, Tadeu Alencar, ressaltou que os municípios estão passando por um momento de grande dificuldade por falência de suas contas.



Rollemberg: país deve unir forças por uma "agenda pós-código"

**Para Rollemberg, artigos eram nocivos ao meio ambiente**

Os vetos da presidente Dilma Rousseff ao texto do projeto de lei de conversão sobre o Código Florestal "foram pontuais e melhoraram o texto", segundo Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). O senador cumprimentou Dilma pelos "compromissos com o meio ambiente" e por "deter o avanço do desmatamento".

Rollemberg disse que já havia apontado muitos dos artigos vetados como nocivos ao meio ambiente e tolerantes com a ampliação do desmatamento. O senador reconheceu que o pequeno produtor poderá ter dificuldades com aspectos da nova legislação. Ele aproveitou para defender uma emenda, de sua autoria, à MP 579/12, que reduz tarifas da conta de luz e trata das concessões a empresas de distribuição de energia elétrica. A emenda propõe que, na tarifa de geração de energia elétrica das concessões prorrogadas, seja incluído um valor a ser destinado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, que ajudaria pequenos produtores na recuperação de áreas degradadas.

Para o senador, é preciso agora pensar em uma "agenda pós-Código Florestal", com uma união de forças para "superar o antagonismo" entre o desenvolvimento do agronegócio e a preservação do meio ambiente.



Souza considera que o Brasil se tornou um exemplo para o mundo

**Sérgio Souza aponta segurança jurídica para o produtor rural**

Para Sérgio Souza (PMDB-PR), mesmo com os nove vetos impostos pela presidente Dilma Rousseff, a lei florestal brasileira confere segurança jurídica aos produtores agrícolas do país.

— Quem venceu foi o Brasil. Nos tornamos exemplo de legislação ambiental para o mundo. Ao longo de todo o processo, buscamos a necessidade de produzir e também de conservar e, ao final, fomos bem-sucedidos com um meio termo que atende não a interesses de um grupo ou de outro, mas do Brasil — declarou.

O território nacional, observou o senador, tem 62% da cobertura vegetal original preservada e é o segundo maior produtor agrícola do mundo. Essa, para ele, é "uma prova de que o Brasil dá exemplo de produção agrícola e proteção ambiental".

— Sem produção de alimentos e sem conservação do meio ambiente, não há vida. Ambas são pilares necessários para a sustentabilidade dos nossos cidadãos e de todo o planeta — disse.

Em aparte, Tomás Correia (PMDB-RO) disse que o meio escolhido por Dilma para preencher as lacunas deixadas pelos vetos — um decreto — pode gerar debates acerca da constitucionalidade da medida.

# Senadores comemoram sanção de lei que altera Código Florestal, mas vetos causam polêmica

Para muitos parlamentares, apesar dos nove vetos e da edição de decreto para suprir lacunas, Dilma manteve no texto o equilíbrio de forças negociado entre ambientalistas e ruralistas; outros acusam a presidente de desprezar os acordos feitos no Congresso

OS VETOS IMPOSTOS pela presidente Dilma Rousseff ao sancionar a lei que complementa o novo Código Florestal gerou ontem reações adversas entre os senadores.

O presidente do Senado, José Sarney, e o relator da matéria, Luiz Henrique (PMDB-SC), consideraram positivos os vetos ao projeto (PLV 21/12). Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Sérgio Souza (PMDB-PR) também elogiaram a forma como, na quarta-feira, o Executivo incorporou a maior parte das modificações propostas ao novo código, vetou partes consideradas prejudiciais ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, editou o Decreto 7.830/12, publicado ontem, suprimindo os vetos e introduzindo normas para a regularização ambiental.

Já Ana Amélia (PP-RS), Cyro Miranda (PSDB-GO) e José Agripino (DEM-RN) criticaram as mudanças apresentadas pelo Executivo.

Os vetos atingiram uma parcela dos médios produtores e limitaram vantagens esperadas pelos grandes agricultores. O Decreto 7.830/12, no entanto, define regras que facilitam a regularização dos que desmataram ilegalmente áreas de proteção permanente. Ele prevê que

sejam instituídos nos estados e no Distrito Federal os programas de regularização ambiental (PRAs), nos quais estarão estabelecidas as ações a serem desenvolvidas pelos proprietários que queiram legalizar áreas hoje irregulares quanto às normas ambientais.

Os programas deverão ser implantados em até dois anos da data da publicação do novo Código Florestal. Nesse período até a implantação do PRA e após a adesão do agricultor ao programa, o proprietário rural não poderá ser autuado por desmatamentos ilegais ocorridos antes julho de 2008. E quando o agricultor assinar termo de compromisso previsto no PRA, estarão suspensas as multas por desmatamentos ilegais, que serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

**Recomposição**

O PLV 21/12 resultou de modificações feitas na Medida Provisória 571/12, editada para suprir lacunas deixadas também por vetos da presidente ao projeto do novo Código Florestal (Lei 12.651/12) enviado pelo Congresso ao Executivo.

Estão mantidas no novo

código as faixas mínimas de recomposição de APP para pequenas propriedades, para qualquer tamanho de rio.

No entanto, a presidente vetou inciso que tratava de propriedades maiores que 4 módulos fiscais e incluiu no decreto regra para regularização de APPs nessas unidades.

O Decreto 7.830/12 prevê a recomposição de pelo menos 20 metros de mata, em rios de até 10 metros, para propriedades de 4 a 10 módulos fiscais. A bancada ruralista queria reduzir a exigência para 15 metros de mata e ampliar para até 15 módulos fiscais as unidades beneficiadas.

Ainda conforme o decreto, para as demais situações será obrigatória a recomposição de mata em faixa correspondente à metade da largura do rio, observado o mínimo de 30 metros e o máximo de 100 metros. No projeto aprovado no Congresso, o limite mínimo havia sido reduzido para 20 metros.

A presidente também vetou a possibilidade de recomposição de apenas 5 metros de mata ciliar para rios intermitentes com até 2 metros de largura, independentemente da área do imóvel rural.

A área máxima obrigatória

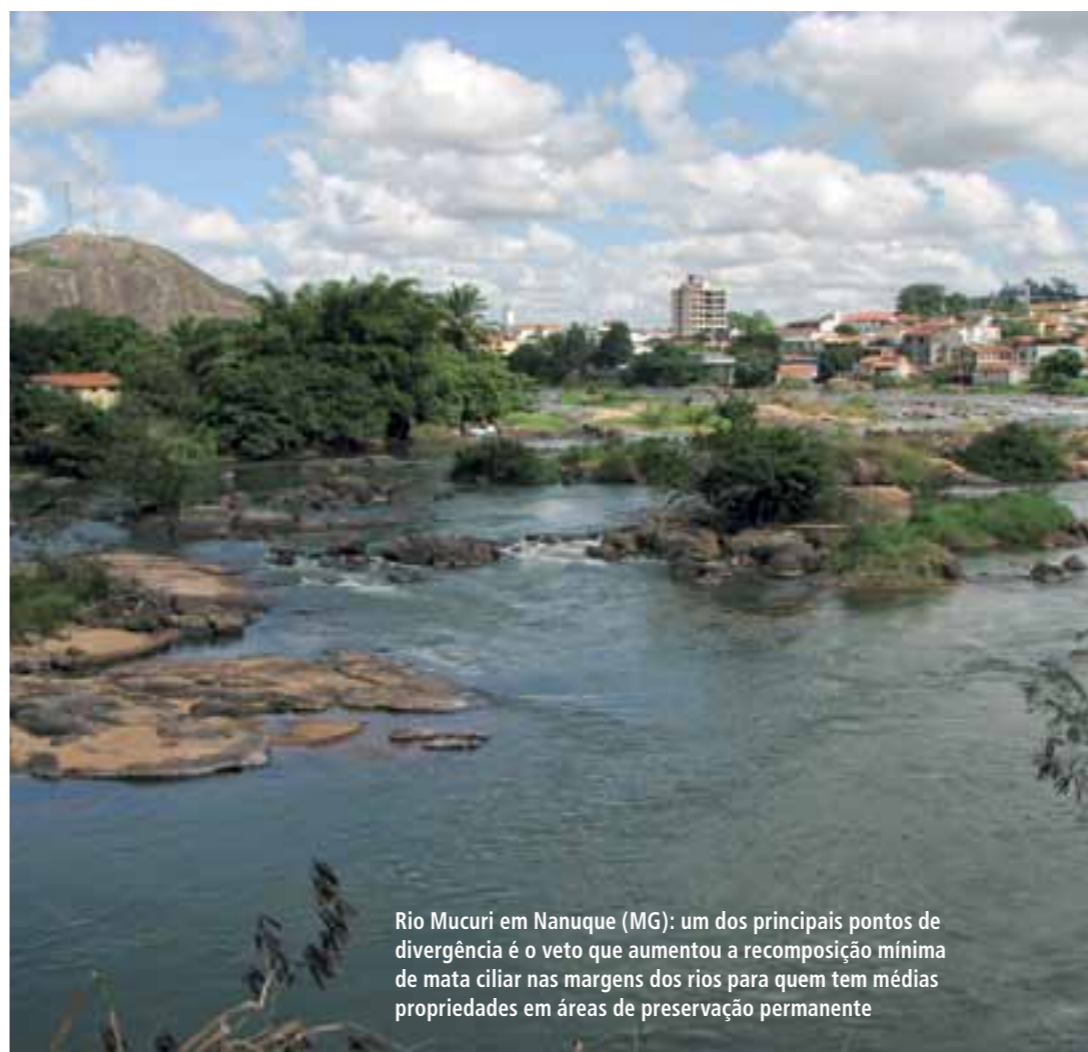
de recomposição de APP não pode ultrapassar 10% das propriedades com até 2 módulos fiscais e 20% das unidades de 2 a 4 módulos fiscais. Foi vetada regra prevendo que a exigência de recomposição de APP não poderia ultrapassar 25% das propriedades entre 4 e 10 módulos fiscais.

Dilma manteve norma incluída no Congresso permitindo o cômputo de APP no cálculo da reserva legal, mesmo que implique novos desmatamentos, quando a soma de APP e vegetação nativa for maior que 80% do imóvel em áreas de floresta da Amazônia Legal. No entanto, vetou essa possibilidade para as demais regiões.

**Frutíferas**

O Executivo também decidiu excluir a possibilidade de plantio de frutíferas na recomposição de APPs. Foi vetado parágrafo que determinava não ser de preservação permanente a várzea existente além dos limites da mata ciliar obrigatória.

O decreto também cria o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que possibilitará controlar informações sobre remanescentes de vegetação nativa, APPs e reservas legais.



Rio Mucuri em Nanuque (MG): um dos principais pontos de divergência é o veto que aumentou a recomposição mínima de mata ciliar nas margens dos rios para quem tem médias propriedades em áreas de preservação permanente

## Ministra destaca "justiça no campo"

Não anistiar nem estimular desmatamentos e assegurar a justiça social no campo em torno dos direitos dos pequenos proprietários rurais. Esses foram os princípios que basearam os vetos do governo ao PLV 21/12, segundo a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

— O governo entende que não devemos reduzir a proteção ambiental exigida para os médios e grandes proprietários — disse em entrevista coletiva anteontem.

A ministra destacou o resgate da "escadinha", conjunto de critérios para recomposição de matas que é mais

rigoroso para propriedades maiores.

Sobre eventuais reações negativas do Congresso, Izabella afirmou que o governo sempre estará aberto ao diálogo. Disse também que os vetos foram "cirúrgicos" e que se limitaram a 9 itens de uma lei que tem 84 artigos.

## Texto sancionado foi "além do possível", avalia Luiz Henrique

"O projeto sancionado vai propiciar ao país manter a liderança em termos de produção agrícola e de preservação ambiental. Não foi o ideal, mas foi além do possível na correlação de forças no Congresso", afirmou Luiz Henrique (PMDB-SC), ao comentar o PLV 21/12.

O senador considerou que, no texto sancionado, a presidente Dilma Rousseff manteve a proteção aos pequenos agricultores e, no Decreto 7.830/12, estabeleceu as condições para aqueles que precisarão recompor áreas de preservação desmatadas ilegalmente.

— O que consta do projeto tem aceitação das principais lideranças da Frente Parlamentar da Agricultura. Há vozes discordantes,



Senador afirma que o projeto tem aceitação das principais lideranças

tanto entre ambientalistas como entre ruralistas, mas a maioria entende que foi um avanço importante — disse.

Luiz Henrique disse não acreditar em retaliação nas votações no Congresso por parte de parlamentares ruralistas descontentes com os vetos, nem na possibilidade de o Parlamento derrubar os vetos.

## Para Ana Amélia, o médio agricultor ficou desassistido

A presidente Dilma Rousseff foi "fundo demais" nos vetos, na opinião de Ana Amélia (PP-RS). Para a senadora, as medidas tomadas pelo Executivo "não foram o esperado depois de uma exaustiva negociação para chegar a um consenso no Congresso".

Um dos vetos mais problemáticos, na visão de Ana Amélia, foi o que aumentou a recomposição mínima das margens dos rios para os que têm propriedade de 10 a 15 módulos fiscais nas APPs. Um módulo fiscal é a quantidade de hectares necessária para viabilizar a produção agrícola e varia de município para município.

— O médio agricultor está desassistido em matéria de políticas públicas. Porque o grande tem capacidade de financiamento, mas o médio, aquele até 300 hectares, quais



Dilma foi "fundo demais" nos vetos, na opinião de Ana Amélia

condições ele terá para cumprir o rigor dessa legislação? — questionou.

Para Ana Amélia, o veto vai estimular a tendência de ampliar a concentração das propriedades ou de reparti-las em pequenos lotes.

— Não é isso que queremos. Queremos uma lei que tenha seriedade, que tenha aplicabilidade e que tenha compromisso também com o médio agricultor — disse.

## "Correção foi necessária para restabelecer equilíbrio de acordo", afirma Sarney

Após reunião com a presidente Dilma Rousseff, ontem, José Sarney avaliou que os vetos à lei que complementa o Código Florestal "foram necessários para restabelecer o equilíbrio do acordo firmado durante a tramitação no Congresso do projeto que

resultou na Lei 12.651/12".

— Acho que não foram feitos de forma a prejudicar a lei. Foram vetos de correção, a fim de restaurar o antigo acordo que possibilitou a votação do Código Florestal. Foram necessários para nós retomarmos aquele espírito de não

ficar radicalizado com nenhuma das correntes [ambientalistas e ruralistas] — disse.

Segundo o presidente do Senado, os vetos não deverão ser analisados este ano. Ele disse que não há tempo hábil para colocar a matéria em votação.

— Nós temos muitos vetos a serem analisados na Casa, mais de mil, e temos que obedecer ao tempo de chegada deles aqui. Daqui a três meses deixo a Presidência da Casa e até lá acredito que não vamos ter tempo para isso — disse.

Sarney afirmou ainda que o Código Florestal não foi o tema do encontro com Dilma.

Ele explicou que o objetivo da reunião foi tentar resolver problemas que afetam as Regiões Norte e Nordeste do país, como a necessidade de duplicação

da Belém—Brasília (BR-153), em especial no trecho urbano que passa pelo município de Imperatriz (MA).

— A situação na Belém—Brasília está difícil com o atropelamento de pessoas e com o trânsito muito ruim — disse Sarney.

## Jayme Campos quer atenção a emendas ambientais na revisão do Código Penal

Jayme Campos (DEM-MT) comentou as seis emendas que apresentou ao projeto de aperfeiçoamento do Código Penal tratando de questões relativas ao meio ambiente.

O senador chamou a atenção para a necessidade de compatibilizar a forma de calcular as penas com as normas do novo Código Florestal e da Lei de Crimes Ambientais vigente. As emendas de Jayme tratam da possibilidade de composição de danos, do esclarecimento

do enquadramento penal do transporte de animal em condições inadequadas e de adequação da lei penal a novas legislações.

— Estamos propondo a manutenção das repressões fixadas pela legislação atualmente em vigor por nos parecerem bastante adequadas à finalidade de proteção do meio ambiente, do ponto de vista penal, sem nos esquecermos de que esse bem jurídico também é tutelado por relevantes instrumentos



Jayme: importância de adequar a lei penal à nova legislação florestal

de natureza administrativa e cível, que muitas vezes chegam a suplantam a eficiência dos mecanismos de natureza estritamente criminal — disse.

## Presidente da CNA, Kátia Abreu aceita dois vetos e pede exame dos demais

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a senadora licenciada Kátia Abreu (PSD-TO), visitou ontem o Congresso e considerou "aceitáveis" dois dos nove vetos ao texto sobre o Código Florestal. Um deles é o que visou impedir o plantio de árvores frutíferas em APPs, especialmente às margens dos rios, devido à aplicação de defensivos agrícolas próximos das águas. O outro foi o feito pela presidente

Dilma para que possam prevalecer regras mais rígidas na recomposição de mata ciliar para as médias propriedades.

— Mais 5 metros, 3 metros a mais ou a menos, esse não é ponto fundamental — disse.

No entanto, ela afirmou que os demais vetos devem ser debatidos e disse esperar que o presidente do Senado, José Sarney, exerça a "obrigação de colocá-los à prova". Em termos gerais, Kátia



Senadora licenciada diz que a sanção do código trouxe ganhos

Abreu disse que "o Congresso já obteve ganhos com o código aprovado, pois agora os produtores desfrutam de mais segurança jurídica".

## Agripino diz que Dilma desconsiderou os acordos feitos no Congresso

O líder do DEM, José Agripino (RN), taxou de "desrespeito flagrante" ao Congresso os vetos ao projeto que modificou o Código Florestal.

O senador observou que a matéria foi aprovada por consenso, "o que foi desconsiderado pela presidente Dilma Rousseff", na opinião dele. Por isso, Agripino defendeu a derrubada dos vetos.

— O Congresso, que votou na Câmara dos Deputados e no Senado um texto maduro, tem agora a obrigação de

derrubar esses vetos, até por respeito a si próprio — afirmou.

Agripino salientou que o acordo de votação na comissão mista que examinou a medida provisória contou com a participação de representantes do governo. Assim, ele considera que o Congresso foi "enganado".

— Os vetos são uma medida ideológica, oposta ao crescimento da economia por meio do fortalecimento do setor primário. A presidente



Para Agripino, parlamentares têm "obrigação" de derrubar os vetos

preferiu o demérito ao Congresso, escolheu o viés ideológico, ao invés de concordar com o desenvolvimento do país — disse.

Falta de políticas públicas coloca em risco direitos como gratuidade em transportes coletivos e meia-entrada em eventos, segundo participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos

## Debatedores cobram apoio para o Estatuto do Idoso

NOVE ANOS APÓS a entrada em vigor do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), alguns benefícios estão sob ameaça pela falta de apoio do poder público. O alerta foi feito ontem pela técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Ana Amélia Camarano, em debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Entre os benefícios em risco, estão a meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer, e a gratuidade no transporte coletivo, que podem ser inviabilizados pela falta de subsídio público.

— Para que esse custo não gere conflito intergeracional, é preciso avançar nas políticas públicas — defendeu a técnica.

A presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Karla Cristina Giacomini, também apontou obstáculos, como a falta de recursos orçamentários e a ausência de um plano de enfrentamento à violência. Ela reivindicou mais apoio do Estado para assegurar os cuidados diretos ao

idoso, com abertura de instituições de longa permanência para abrigá-los, mas fez uma crítica à possibilidade, contida no estatuto, de repasse de até 75% do benefício recebido pelo idoso para custear sua eventual moradia em asilos.

— O idoso não deveria pagar para ter acesso à política de assistência social — afirmou.

A defasagem de renda do idoso, ressaltada por Karla, foi reforçada por reclamações contra o fator previdenciário, mecanismo para cálculo das aposentadorias que funciona

como redutor do valor dos benefícios. Representantes de aposentados e pensionistas, como Paulo Zanetti, da Força Sindical, e João Florêncio Pimenta, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) trataram do tema.

— As perdas nas aposentadorias chegam a 80% com os aumentos no salário mínimo não repassados aos benefícios. Tratam os aposentados como se fossem cidadãos de segunda categoria — desabafou Pimenta.

### Tentativa de acordo internacional

Os participantes da audiência alertaram para a necessidade de ampliar conquistas. Silvio José Silva, do Ministério das Relações Exteriores, informou que a Organização dos Estados Americanos busca um acordo interamericano sobre direitos dos idosos, mas há resistência dos Estados

Unidos e do Canadá. Cid Pimentel, do Ministério da Previdência Social, defendeu o Pacto Nacional pelo Envelhecimento Ativo e Saudável, que deverá articular ações de nove ministérios.

Participaram do debate os senadores Gim Argello (PTB-DF), João Costa (PPL-TO) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

## Mozarildo: pesquisa aponta credibilidade dos médicos

O Dia do Médico, comemorado em 18 de outubro, foi lembrado em Plenário por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Primeiro roraimense a se formar em Medicina, há 44 anos, Mozarildo parabenizou os médicos e afirmou que a categoria tem, sim, o que comemorar.

O senador citou pesquisa divulgada pelo Conselho Regional de Medicina de Roraima apontando que os médicos, juntamente com os bombeiros, carteiros e professores, estão entre os profissionais de maior credibilidade pela população. Outra pesquisa, do Ibope, mostra que 81% dos entrevistados consideram que os médicos são os profissionais de maior credibilidade, disse.

— Toda profissão exige vocação, abnegação, competência e ética. Mas a Medicina, pelas suas peculiaridades, exige mais do que uma simples dedicação.

Mozarildo ressaltou que é



Mozarildo: não faltam profissionais de Medicina, mas condições de trabalho

preciso assegurar aos médicos melhores condições para trabalhar. Segundo o senador, ao contrário do que se imagina, não faltam profissionais no Brasil. Há sim, afirmou, má distribuição entre as regiões. Nos lugares mais carentes, alertou, as condições de trabalho são piores, não há hospitais nem equipamentos, o que afasta os profissionais.

Para Mozarildo, uma alternativa seria estabelecer para a União um limite mínimo de investimentos no setor, assim como já ocorre com estados e municípios.

### Inácio Arruda apoia reivindicações de entidades médicas

O Dia do Médico, comemorado ontem, foi lembrado por Inácio Arruda (PCdoB-CE). O senador congratulou os profissionais pela data e lembrou as dificuldades enfrentadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), listadas em carta de entidades representativas dos médicos enviada ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Inácio lembrou que, apesar de estados e municípios terem de aplicar percentuais mínimos em saúde, a União não tem a mesma obrigação. O financiamento do setor, lembrou, é um dos temas da *Agenda Estratégica para a Saúde no Brasil*, documento também entregue ao ministro pelas entidades médicas.

O documento também aborda a gestão do trabalho na saúde. O problema dos planos de saúde faz parte da agenda estratégica, além da regulação do setor privado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

### Lentidão da Anvisa causa prejuízos, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse que a administração pública tem acumulado erros, com decisões e prazos que acarretam prejuízos à população e ao desenvolvimento. A senadora apontou o caso de um laboratório fitoterápico de Porto Alegre que há mais de um ano espera a renovação de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a produção de medicamento que auxilia a digestão, além de aguardar há um ano o registro de um xarope contra a tosse.

Além de ressaltar que não há previsão para a solução dos entraves burocráticos, Ana Amélia contou que no dia 27 solicitou informações à Anvisa.

— Ainda não há resposta. Não há como um empresário ser otimista em relação ao futuro da própria empresa e em relação ao estado e ao país com tanta barreira burocrática — ressaltou.



Gim Argello (4º à esq.) coordena o debate com Ana Amélia, Karla Giacomini, Cid Pimentel, Ricardo Santos e Paulo Zanetti

## Comissão discutirá denúncia sobre adoção

Denúncia de adoção ilegal de cinco crianças de uma mesma família no sertão da Bahia, divulgada em reportagem do programa *Fantástico*, da Rede Globo, será discutida em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(CDH). O requerimento de debate, do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem pela comissão.

Segundo a matéria, as crianças foram adotadas por famílias de São Paulo sem o consentimento dos pais biológicos. Chamou a atenção o

fato de o processo de adoção ter ocorrido em tempo recorde — menos de um mês — e a ausência tanto dos pais naturais quanto da Promotoria de Justiça na audiência em que o juiz Vitor Manoel Xavier Bizerria assinou o termo de guarda provisória dos menores.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Agripino defende medidas para manter queda de juros

Não basta o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidir reduzir a taxa básica de juros, a Selic, segundo José Agripino (DEM-RN). O senador defendeu ontem medidas que sustentem a queda mexendo nos fundamentos dos juros, como o compulsório dos bancos, os impostos sobre os empréstimos e o custo de administração dos bancos.

— Corremos o risco de viver numa República de faz de conta, em que você baixa a taxa de juros por decreto, mas, nos fundamentos dos juros, você não mexe — disse Agripino.

Outra medida citada pelo senador foi o cadastro positivo, aprovado há dois anos pelo Congresso, que dá aos bancos a garantia de que o tomador de crédito é confiável. A falta dessas medidas, segundo Agripino, é a razão de não ter sido unânime a última decisão do Copom de baixar os juros.

Agripino também lembrou o fato de a queda nas taxas de juros nos bancos oficiais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica, ser suportada, entre outras razões, pelos depósitos judiciais. Atualmente, somente os bancos públicos têm a guarda do dinheiro depositado em juízo.

Concessão de incentivos fiscais no ICMS precisará apenas de três quintos dos votos no órgão nacional que reúne secretários de Fazenda de todos os estados, segundo projeto que avança no Senado

# Comissão aprova fim de unanimidade no Confaz

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) do Senado aprovou antontem o fim da exigência de unanimidade no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para concessão de incentivos fiscais sobre ICMS. Pelo Projeto de Lei do Senado 170/12 — Complementar, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), as decisões terão de ser aprovadas por pelo menos três quintos dos votos do órgão — que é composto por secretários de Fazenda de todos os estados e do Distrito Federal —, havendo pelo menos o voto de um representante de cada região do país.

A proposta, que na CI foi relatada por Cyro Miranda (PSDB-GO), ainda terá que ser votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e no Plenário, antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Para Ferraço, na falta de políticas nacionais eficientes de desenvolvimento regional, os estados menos favorecidos foram obrigados a buscar saídas para atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida da população.



Autor do projeto, Ferraço alega que é inviável a unanimidade exigida pela lei

— Essa saída foi exatamente a concessão de incentivos e benefícios sobre o ICMS. Se os incentivos são concedidos à margem do Confaz, é porque é absolutamente inviável conseguir a unanimidade de votos de 27 secretários de Fazenda, como exige a lei, que é dos tempos da ditadura — disse o autor do projeto.

### Urgência

Segundo Ferraço, há urgência na votação da questão pelo Congresso porque o Supremo Tribunal Federal, após ter declarado inconstitucionais diversas leis concessivas de incentivos e benefícios de ICMS, cogita editar uma

súmula vinculante tornando inconstitucionais todos os incentivos concedidos sem aprovação do Confaz. Isso, na opinião do senador, poderia paralisar a eficácia de diversos atos estaduais que concedem desonerações do ICMS, o que provocaria insegurança jurídica.

— A eventual edição da súmula vinculante representaria um verdadeiro caos jurídico, criando grande insegurança jurídica, especialmente em relação ao cumprimento de acordos firmados anteriormente. Além disso, haveria graves prejuízos socioeconômicos para os estados atingidos e para todo o país — disse o senador.

## Orçamento deve ter mais R\$ 22 bi para emendas e Lei Kandir

A receita da União para 2013, estimada em R\$ 1,23 trilhão, deverá ter acréscimo de R\$ 22 bilhões para atender emendas parlamentares e compensações aos estados exportadores (Lei Kandir). A expectativa foi anunciada ontem pelo relator-geral do Orçamento, Romero Jucá (PMDB-RR).

O senador informou que dia 30 a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, explicará na Comissão Mista de Orçamento (CMO) a estimativa de receita embutida no projeto da Lei Orçamentária Anual (PLN 24/12). No dia seguinte, o deputado Cláudio Puty (PT-PA) deverá apresentar o relatório de receitas.

Jucá acredita que as emendas permitirão reforço de investimentos em áreas prioritárias, como saúde, educação, Brasil sem Miséria, Brasil Carinhoso e obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Jucá prevê reforço em prioridades



Proibição é desnecessária, diz Bauer

## Paulo Bauer quer acabar com a Lei Seca nas eleições

A proibição de venda de bebidas alcoólicas durante as eleições deve acabar, segundo projeto de lei apresentado por Paulo Bauer (PSDB-SC). Segundo o senador, apenas quatro municípios de Santa Catarina aplicaram a Lei Seca no dia 7 de outubro.

— Não houve problema. O Brasil já vive cidadania plena, democracia total e civilidade.

A afirmação de Bauer foi feita durante pronunciamento no qual ele saudou o início da Oktoberfest, em Blumenau (SC), a maior festa do Brasil depois do Carnaval. Ele contou que na festa são consumidos 623 mil litros de chope. A Oktoberfest começou dia 10 e vai até dia 28 — data em que os moradores de Blumenau voltarão às urnas para escolher o prefeito.



Senador preside o PMDB no estado

## Tomás comemora crescimento do PMDB em Rondônia

Tomás Correia (PMDB-RO) comemorou o crescimento do seu partido em Rondônia. Ele é presidente do PMDB no estado e disse que a legenda elegeu 15 prefeitos e 11 vice-prefeitos. Em 2008, segundo o senador, o PMDB tinha 11 prefeituras.

Tomás elogiou a atuação do senador licenciado Valdir Raupp (PMDB-RO), de quem é suplente, nas campanhas municipais. Em Porto Velho, informou, o partido não vai apoiar ninguém no segundo turno.

— Não podemos querer que o PMDB vença sempre. Houve renovação onde ganhamos e também onde perdemos. Assim é a democracia — disse.

Tomás Correia defendeu o governador do estado, Confúcio Moura, que é do PMDB e tem enfrentado dificuldades na área da saúde.



PRB elegeu 77 prefeitos, conta Lopes

## Eduardo Lopes destaca resultados do PRB nas urnas

O PRB já se mostra consolidado, apesar de ser um dos mais novos partidos do país. A opinião é de Eduardo Lopes (PRB-RJ), que ontem comentou os resultados do partido no primeiro turno das eleições municipais.

No Rio de Janeiro, disse Lopes, o PRB aumentou em 20% a quantidade de vereadores, chegando a 43. No país, foram eleitos 77 prefeitos e 1.204 vereadores filiados ao partido, o que representa crescimento de 42,9% e de 54,4% com relação a 2008, respectivamente.

Os destaques, disse Lopes, são o Maranhão, com 24 prefeitos do PRB; o Ceará, com 16; e Minas Gerais, com 14 prefeitos. Com relação aos vereadores, o senador destacou Minas Gerais, onde o número saltou de 100 para 190.



Inácio foi candidato em Fortaleza

## Inácio conta que PCdoB subiu para 51 prefeitos eleitos

Inácio Arruda (PCdoB-CE), que disputou a prefeitura de Fortaleza, fez ontem um balanço positivo da atuação de seu partido nas eleições municipais: o PCdoB subiu de 41 prefeitos eleitos na última eleição para 51 em 2012, e de 600 vereadores para 952.

O senador destacou o bom desempenho de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que chegou ao segundo turno em Manaus, e da deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), segunda colocada em Porto Alegre, onde José Fortunati (PDT) foi eleito em primeiro turno.

Em aparte, Armando Monteiro (PTB-PE) destacou a importância do PCdoB na história política do país e a coragem de se submeter ao escrutínio popular, ampliando seu rol de partidos aliados.



Delcídio está satisfeito com resultado

## Delcídio vê Mato Grosso do Sul como um estado mais plural

Delcídio do Amaral (PT-MS) disse que o resultado do PT e dos partidos aliados em Mato Grosso do Sul foi bastante satisfatório. Ele afirmou que a eleição do dia 7 permitiu o nascimento de um "estado plural", que trará propostas melhores para cada cidadão.

O senador disse que as campanhas do PT foram conduzidas com muita humildade e contato direto com o povo. Ele avaliou que houve mudança na mentalidade da população e que práticas como compra de votos não funcionam mais.

— Estamos preparando um estado muito melhor do que aquele que recebemos dos nossos pais — disse.

Delcídio deu apoio ao deputado estadual Alcides Bernal (PP), que disputa o segundo turno em Campo Grande.

## Capiberibe cobra resposta sobre falta de gasolina no AP



João Capiberibe (PSB-AP) mandou um pedido de explicações à Agência Nacional do Petróleo (ANP) e à Petrobras sobre

as causas do desabastecimento de combustíveis no Amapá.

— A população tem sofrido e tem, de uma forma irada, ido aos meios de comunicação protestar. As filas para conseguir um litro de combustível são quilométricas.

A BR Distribuidora atribui a escassez a dificuldades de logística da concorrente Ipiranga, que, por não conseguir atender a demanda, precisa ser suprida com a gasolina transportada em balsas da BR Distribuidora.

## Cidinho pede o fortalecimento da Embrapa



Cidinho Santos (PR-MT) defendeu o fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que, disse,

desempenha papel essencial na economia do país.

Segundo o senador, a instituição se torna mais relevante diante do aumento da demanda mundial por alimentos. Cidinho lembrou que a soja só foi introduzida no Cerrado e em áreas do Norte e Nordeste após pesquisas da Embrapa. Hoje, lembrou, o Brasil é o segundo maior produtor mundial do grão. O senador defendeu mais investimentos e melhores salários no órgão.

## Cinco receberão a Comenda de Direitos Humanos

O presidente do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), leu em Plenário a lista dos cinco agraciados com o prêmio este ano.

Receberão a comenda em virtude da luta em defesa dos direitos humanos o bispo dom José Maria Pires, o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, o procurador da República Felício Pontes Júnior, o advogado João Baptista Herkenhoff e o líder camponês Manoel da Conceição Santos. Foram analisadas 21 indicações.

A cerimônia de premiação ocorrerá em sessão do Senado no mês de dezembro, em data a ser ainda marcada. Esta é a terceira edição da comenda, criada em 2010.

Ana Maria Fernandes, cuja indicação para embaixada em Windhoek foi aprovada, afirmou que países trabalham para criar uma rota aérea direta, incluir africanos na CPLP e aumentar cooperação naval

# Brasil quer mais negócios com Namíbia, diz diplomata

O BRASIL QUER ampliar as relações com a Namíbia. Segundo Ana Maria Sampaio Fernandes, indicada para o cargo de embaixadora no país africano, o governo brasileiro trabalha para ampliar o comércio e a cooperação naval entre os dois países, criar uma rota aérea direta e incluir a Namíbia na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A indicação de Ana Maria foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A relatora foi a senadora Ana Amélia (PP-RS).

Na exposição aos senadores, Ana Maria lembrou que a Marinha brasileira tem treinado oficiais da Namíbia e ajudado o país a buscar na Organização das Nações Unidas (ONU) a aprovação da plataforma continental. A Namíbia, ela acrescentou, tem interesse em adquirir produtos navais do Brasil.

— Temos uma cooperação



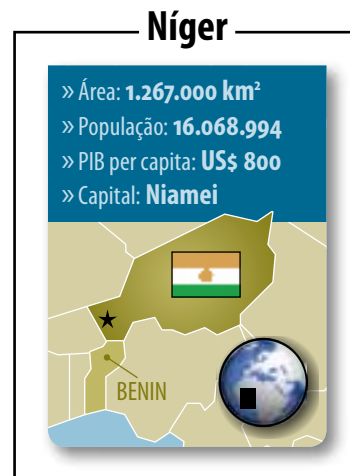
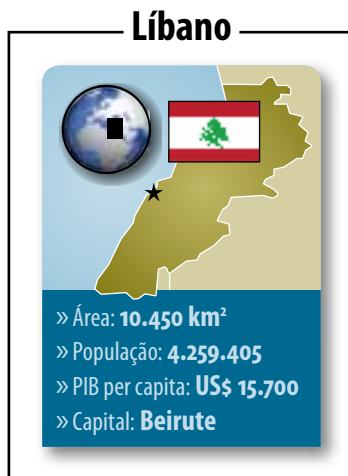
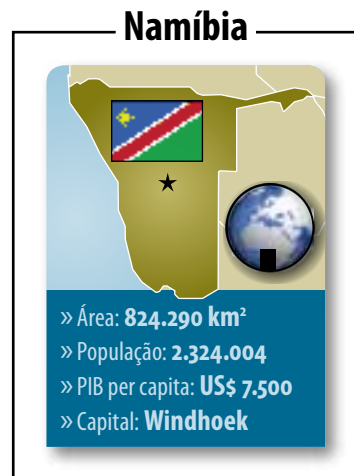
Ana Maria Fernandes fala no Senado, ao lado de Fernando Collor e Affonso Massot

estratégica e política que também se transforma em econômica. Existem oportunidades para empresas brasileiras. A Petrobras abriu ali um escritório recentemente, e a Namíbia quer o Brasil na mineração — afirmou.

A diplomata citou as relações que a Namíbia tem com Angola e disse que o país — cujo idioma oficial é o inglês — tem interesse na língua portuguesa. O presidente namibiano, Lucas Pohamba, fala português. De acordo com

Ana Maria, a Namíbia pode tornar-se membro observador da CPLP.

Ana Maria recordou que a decisão de abrir uma embaixada na Namíbia foi tomada em 1990 pelo senador Fernando Collor (PTB-AL), na época presidente da República — a sessão de ontem da CRE foi presidida por Collor. A embaixada foi aberta pouco depois da independência da Namíbia, que era vista como um parceiro estratégico do Brasil no Atlântico sul.



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

## Comissão aprova embaixador para o Líbano

Na reunião de ontem, a CRE aprovou a indicação de Affonso Emílio de Alencastro Massot para o cargo de embaixador no Líbano e a de Arnaldo Caiche D'Oliveira, que já responde pelo Benin, para exercer cumulativamente o cargo de embaixador no Níger.

Massot lembrou que a relação bilateral entre o Brasil e o Líbano é antiga. Foi iniciada durante a visita do imperador dom Pedro II ao Oriente Médio. Como resultado, começou-se ainda no século

19 um ciclo de migração libanesa para o Brasil — 10 milhões de descendentes de libaneses vivem hoje no Brasil.

— A importância do nosso relacionamento com o Líbano não está no comércio, no produto interno bruto libanês nem em sua renda per capita. É importante por causa dessa parceria de sangue. Isso dá ao Brasil um cacife político importante no Oriente Médio — disse Massot.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o relator da

indicação, questionou o diplomata sobre como o Brasil poderia utilizar o cacife na construção da paz no Oriente Médio.

— Por meio da ampliação de contatos na região. A busca da paz não é privilégio de grandes potências — respondeu.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que existe em São Paulo uma grande comunidade de libaneses. A presença de descendentes de libaneses no Rio Grande do Sul foi ressaltada pela senadora Ana Amélia (PP-RS).

## O bom senso prevaleceu, afirma Ana Rita sobre cotas



Ana Rita (PT-ES) falou, em discurso, da regulamentação da lei das cotas étnicas e sociais na universidade.

Ao lembrar que foi relatora do projeto que deu origem à lei, a senadora disse que “o bom senso prevaleceu” e que a norma conta com o reconhecimento da sociedade, pelo fato de garantir a todos o acesso à educação.

Ela explicou que os cotistas poderão concorrer tanto pela modalidade de reserva quanto pelo sistema universal — o cotista que não obtiver nota para se classificar terá nova chance de disputar pelo sistema universal por ampla concorrência.

## Cristovam propõe carreira nacional do magistério



Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou a defender a federalização da educação básica para dar início a uma revolução no sistema educacional brasileiro. Para ele, sem o envolvimento da União, será impossível acabar com as desigualdades do sistema de ensino.

A proposta, relatou, foi debatida anteontem na Comissão de Educação. O senador salientou a falta de recursos dos municípios para investir em educação. A solução, para ele, é criar uma carreira nacional do magistério, com salário pago pelo governo federal, que seria reajustado para R\$ 9 mil.

## Casildo destaca avanços no setor tecnológico em SC



A criação da urna eletrônica e a fabricação de tablets foram citados por Casildo Maldaner (PMDB-SC) como exemplos da vocação de Santa Catarina para a inovação tecnológica.

Ele lembrou da primeira votação com microcomputador em Brusque, em 1989, e destacou a entrega, neste mês, do primeiro lote de tablets produzidos em Caçador.

Para o senador, além de incentivos fiscais, é necessário fomentar a educação para estimular a inovação, que resulta em emprego e renda.

— Para isso, é preciso desenvolver um ambiente fértil e propício — disse.

## Projeto institui política de defesa da Amazônia

A CRE também aprovou — e transformou em projeto de lei, que agora começa a tramitar — a minuta de projeto que institui a Política

Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Na mesma reunião foram lidos pareceres favoráveis às indicações dos novos embaixadores do Brasil em Bangladesh e na Itália.